

TERRAS INDÍGENAS

Senado aprova PEC do Marco Temporal

O Senado aprovou ontem a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/23 que estabelece a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. A tese diz que os povos indígenas só teriam direito a áreas ocupadas ou sob disputa na data da promulgação da Constitui-

ção, em 5 de outubro de 1988. Antes da votação, os senadores aprovaram um requerimento para estabelecer um calendário especial para análise da proposta, sem a necessidade de intervalo entre os dois turnos de votação. Com isso, o texto foi aprovado por 52 votos favoráveis e 14 con-

trários no primeiro turno e com 52 favoráveis e 15 contrários no segundo. O projeto passará agora por análise da Câmara dos Deputados. O texto diz que são terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas brasileiros aquelas que, na data da promulgação desta Constituição. **PÁGINA 6**

ALERJ

Moraes solta Bacellar, mas impõe uso de tornozeleira

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou ontem, a soltura do presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União Brasil). O deputado passará a usar tornozeleira eletrônica. A decisão do magistrado ocorre após deputados da Alerj votarem na segunda-feira passada, para revogar a prisão. Bacellar foi preso na última quarta-feira, suspeito de ter vazado informações da Operação Zargun, que capturou o então deputado estadual TH Joias, suspeito de ligação criminosa com a facção Comando Vermelho (CV). A prisão foi determinada após mandado expedido por Moraes, que foi cumprido pela Polícia Federal no âmbito da Operação Unha e Carne. O plenário aprovou, por 42 votos a favor, 21 contra e duas abstenções, o relatório do deputado estadual Rodrigo Amorim (PL), líder do governador Cláudio Castro na Alerj, pela revogação da prisão. **PÁGINA 5**

VIOLÊNCIA NO PLENÁRIO

Motta usa ‘métodos da ditadura’ para tirar Glauber de sua cadeira



REDES SOCIAIS

O deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ) (**foto**) ocupou a cadeira da presidência da Câmara dos Deputados, no plenário da Casa, na tarde desta terça-feira, e foi arrancado à força por agentes da Polícia Legislativa Federal. A ocupação começou como protesto do parlamentar, após o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciar que levaria ao plenário o pedido de cassação do depu-

tado, juntamente com os processos de Carla Zambelli (PL-SP) e Delegado Ramagem (PL-RJ), os dois últimos condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os casos não tem relação entre si. Além disso, Motta também pautou a votação do projeto para reduzir as penas dos envolvidos na trama golpista. "Que me arranquem desta cadeira e me tirem do plenário", disse o deputado. **PÁGINA 7**

CNI

Faturamento da indústria recua 2,7% em outubro

PÁGINA 2

UNCTAD

Comércio mundial deve atingir US\$ 35 tri em 2025

PÁGINA 3

Associações criticam censura imposta por Motta

Associações de jornalismo brasileiras repudiaram o cerceamento ao trabalho da imprensa na Câmara ontem. Após o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) ocupar a cadeira do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), jornalistas foram impedidos de acessar o plenário e a TV Câmara suspendeu a exibição da sessão. "O impedimento do trabalho de

jornalistas e o corte de sinal da TV Câmara são incompatíveis com o exercício da liberdade de imprensa", afirmaram a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ). "A ANJ, Abert e Aner esperam a apuração de responsabilidades. **PÁGINA 7**

2025

RAFA NEDDERMEYER



Brasil alcança recorde com 4,6 milhões de pequenos negócios

O Brasil abriu 4,6 milhões de novos pequenos negócios entre janeiro e novembro de 2025, número que já supera o resultado de 2024, quando foram criadas 4,1 milhões de empresas. Os dados mostram alta de 19% em relação ao mesmo período de 2024, consolidando o melhor desempenho da série histórica. O presidente do Sebrae, Décio Lima (**foto**), afirma que o crescimento reflete a confiança dos empreendedores no cenário econômico. Segundo ele, o país vive “situação de pleno emprego e inflação sob controle”, fatores que estimulam a abertura de novos negócios. **PÁGINA 2**

INDICADORES

IBOVESPA 0,52% / 158.187,43 / 818,07 / Volume: 27.162.172.203 / Negócios: 4.187.596										Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,27% (nov.)	EURO turismo												
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento			%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA-15	0,20% (nov.)	Compra: 6,2802	Venda: 6,5682											
	Preço	% Oscil.		Preço	% Oscil.		Preço	% Oscil.																					
GOLL54	5,19	0,00	0,00	RCSL4	6,39	+22,88	+1,19	UNIP5	62,00	-13,89	-10,00	Dow Jones	47.739,32	-0,45	S&P 500	6.846,51	-0,35	NASDAQ Composite	23.545,903	-0,14	Nasdaq 100	25.627,95	-0,25	Euronext 100	1.706,13	+0,05	CAC 40	8.108,43	-0,08
B3SA3	14,35	+2,43	+0,34	IRBR3	52,72	+10,20	+4,88	UNIP6	56,70	-12,50	-8,10																		
ITSA4	12,42	+0,49	+0,06	MOAR3	72,89	+8,79	+5,89	UNIP3	55,35	-11,04	-6,87																		
CSAN3	6,03	-0,99	-0,06	UCAS3	1,56	+8,33	+0,12	FICT3	2,06	-9,65	-0,22																		
ITUB4	41,46	+0,48	+0,20	MLAS3	1,560	+7,59	+0,110	BGIP3	38,60	-7,83	-3,28																		
													Taxa Selic		(05/11)	15%	CDI	(05/11)	14,90%	DÓLAR Ptax - BC									
													TR		(09/12)	0,1641%	BM&F/grama/RJ	R\$ 735,40	DÓLAR comercial										
													Poupança		(09/12)	0,6649%	EURO Comercial	Compra: 6,3095	Venda: 6,3101	DÓLAR turismo									
																		Compra: 6,3095	Venda: 6,3101	Compra: 5,4445 Venda: 5,6245									

MERCADOS

Bovespa vira no fim e tem leve baixa de 0,13%; dólar sobe 0,28%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Após a recuperação moderada do dia anterior, quando descontou apenas 0,52% vindo de uma queda livre de 4,31% na sexta-feira, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) voltou ao campo negativo em boa parte de ontem, mas na reta final chegou a encontrar fôlego para esboçar leve alta no fechamento. Contudo, no ajuste de encerramento, o índice neutralizou a recuperação, em leve baixa de 0,13%, aos 157.981,13 pontos, Com giro financeiro mais acomodado ontem, mas ainda a R\$ 25,0 bilhões, após a acentuação de volume observada nas duas sessões anteriores, o índice da B3 oscilou de 155.187,81 a 158.851,19 pontos, no fim da tarde, após ter operado em boa parte do dia com máxima que correspondia ao nível de abertura. No ano, o Ibovespa avança 31,34%, com leve perda de 0,69% no agregado de dezembro.

Na B3, apesar da queda em torno de 1% para os preços do petróleo em Londres e Nova York, as ações de Petrobras mostraram resiliência (ON +0,63%, PN também +0,63%). Ação de maior peso na carteira Ibovespa, Vale ON perdeu força no ajuste final, pouco acima da estabilidade no fechamento (+0,06%). Mais cedo, o papel da mineradora contribuía para mitigar o efeito negativo das ações do setor financeiro, com Santander (Unit -2,13%) na ponta perdedora do segmento. No campo vencedor, destaque para Pão de Açúcar (+3,91%), Usiminas (+3,68%) e CSN (+3,31%). No lado oposto, Magazine Luiza (-4,93%), Vamos (-3,33%) e Cyrela (-2,56%).

DÓLAR
Após se aproximar de R\$ 5,50 pela manhã, o dólar desacelerou bastante o ritmo de alta ao longo da tarde e encerrou a sessão de ontem, a R\$ 5,4359, avanço de 0,28%.

ENERGIA

Aneel define tarifa de Itaipu em US\$ 17,66 por quilowatt ao mês

RENAN MONTEIRO/AE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem em US\$ 17,66 por quilowatt (kw) por mês a tarifa de repasse da energia produzida pela usina hidrelétrica Itaipu Binacional para 2026. O patamar é o mesmo aplicado em 2024 e entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026. Na prática, é o valor a ser pago pelas distribuidoras cotistas para aquisição da energia da hidrelétrica. Também foi informado que a conta de Itaipu, em 2025, terá resultado líquido de R\$ 714,99 milhões. É esse valor que poderá ser revertido para diminuir a tarifa de energia de consumidores residenciais e rurais que tiveram consumo faturado inferior a 350 quilowatts-hora (KWh) em ao menos um mês. A tarifa de Itaipu é chamada de Custo Unitário dos Serviços de Eletricidade (Cuse). Para os anos de 2024 e 2026 foi

definido em US\$ 19,28 kW/mês. Porém, está sendo aplicado para o consumidor brasileiro um valor menor após a utilização de diferentes instrumentos para evitar o patamar mais elevado. Em 2024, foi comunicado que a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar), responsável pela parte brasileira do empreendimento após a privatização da então Eletrobras, reporia a diferença com uma espécie de cashback. Já em 2025 o governo teve que editar um decreto para destinar parte do bônus de Itaipu que reduziria a conta de luz dos consumidores brasileiros para cobrir o déficit de R\$ 333 milhões na conta de comercialização da usina. A transferência de recursos financeiros de Itaipu para a Conta de Comercialização de Energia Elétrica de Itaipu, no montante de US\$ 285 milhões, será destinada a compensar o aumento da tarifa em 2026.

Nota

CUSTO DA CESTA BÁSICA CAI EM 24 DAS 27 CAPITALS PESQUISADAS EM NOVEMBRO, MOSTRA DIEESE

O valor do conjunto dos alimentos básicos caiu em 24 das 27 capitais pesquisadas em novembro de 2025, segundo dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). As maiores reduções foram registradas em Macapá (-5,28%), Porto Alegre (-4,1%) e Maceió (-3,51%). Já as maiores altas foram registradas em Rio Branco (0,77%), Campo Grande (0,29%) e Belém (0,28%). De acordo com o Dieese, São Paulo segue como a capital com a cesta mais cara, custando R\$ 841,23, seguida por Florianópolis (R\$ 800,68) e Cuiabá (R\$ 789,98). Já os menores valores foram encontrados nas capitais do Norte e Nordeste, como Aracaju (R\$ 538,10) e Maceió (R\$ 571,47). Com base no valor da cesta mais cara, o Dieese estima mensalmente o salário mínimo necessário para cobrir as despesas de uma família de quatro pessoas. Em novembro, esse valor foi de R\$ 7.067,18, o equivalente a 4,66 vezes o salário mínimo em vigor (R\$ 1.518,00). "Em outubro, o valor necessário era de R\$ 7 116,83", comparou o Dieese.

2025

Brasil alcança recorde com 4,6 milhões de pequenos negócios

O Brasil abriu 4,6 milhões de novos pequenos negócios entre janeiro e novembro de 2025, número que já supera o resultado de 2024, quando foram criadas 4,1 milhões de empresas. Os dados mostram alta de 19% em relação ao mesmo período do ano passado, consolidando o melhor desempenho da série histórica. Os pequenos negócios representaram 97% das empresas abertas no país em 2025. Entre elas, 77% são microempreendedores individuais (MEI), 19% são microempresas e 4% são empresas de pequeno porte.

O presidente do Sebrae, Décio Lima, afirma que o crescimento reflete a confiança dos empreendedores no cenário econômico. Segundo ele, o país vive "situação de pleno emprego e inflação sob controle", fatores que estimulam a abertura de novos negócios. "Sessenta por cento dos brasileiros sonham em empreender. O empreendedorismo é porta para inclusão, geração de empregos e renda", disse. Em novembro, o país registrou a abertura de 350 mil novos pequenos empreendimentos, 28 mil a mais do que no mesmo mês de 2024.

SERVIÇOS LIDERAM
O setor de serviços respondeu por 64% das novas empresas abertas até novembro. Nesse segmento, a abertura de MEI cresceu 24,5% em relação ao mesmo período de 2024. Em seguida, aparecem o comércio, com 21% do total, e a indústria, com 7%. São Paulo (29%), Minas Gerais (11%) e Rio de Janeiro (8%) foram os estados que mais registraram abertura de pequenos negócios em 2025. Atividades com maior número de novos empreendimentos Microempreendedores indi-

viduais (MEI):

- Atividades de malote e entrega: 22.986 novos MEI (9%)
- Transporte rodoviário de carga: 19.753 novos MEI (7%)
- Atividades de publicidade: 16.091 novos MEI (6%)

Micro e pequenas empresas (MPE):

- Atenção ambulatorial por médicos e odontólogos: 4.981 novas MPE (6%)
- Serviços combinados de escritório e apoio administrativo: 3.949 novas MPE (5%)
- Atividades de saúde, exceto médicos e odontólogos: 3.326 novas MPE (4%).

CNI

Faturamento industrial sofre baixa de 2,7% em outubro

CÍCERO COTRIM/AE

O faturamento da indústria recuou 2,7% em outubro, na comparação com setembro, na terceira queda consecutiva. Os dados foram divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ontem. Com o resultado, o crescimento do indicador no acumulado de 2025, até outubro, é de

1,2%. Até julho, frente ao mesmo período de 2024, a alta era quase quatro vezes maior, de 4,6%. "Nos últimos meses, a indústria vem sentindo queda mais intensa na demanda por seus produtos", diz o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, em nota divulgada à imprensa. O emprego na indústria caiu

0,3% em outubro, também na comparação com setembro. No acumulado de 2025, o indicador tem alta de 1,9% em relação ao mesmo período de 2024, segundo os dados da CNI. A massa salarial e o rendimento médio dos trabalhadores da indústria caíram 0,5% e 0,3% na margem, respectivamente. É a quarta queda seguida para ambos os indicadores. No acu-

mulado do ano, a massa salarial recua 2,4%, e o rendimento médio cede 4,2%. O número de horas trabalhadas aumentou 0,4% em outubro ante setembro, a segunda alta seguida. No acumulado do ano, cresce 1,1%. Já a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) aumentou 0,1 ponto porcentual, de 78,3% para 78,4%.

HABITAÇÃO

Caixa libera contratação de mais de um financiamento com recursos do SBPE

MARIANNA GUALTER/AE

A Caixa Econômica Federal voltou a permitir a contratação de mais de um financiamento imobiliário por vez com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). A possibilidade estava suspensa desde novembro de 2024. No intervalo, clientes que já possuíam um financiamento habitacional ativo na Caixa, incluindo seus cônjuges, não podiam

contratar um novo crédito imobiliário no banco. Segundo a Caixa, a medida visa atender à demanda do mercado e ampliar oportunidades para famílias e investidores. "A liberação do compulsório da poupança contribui para ampliar a liquidez do sistema financeiro, oferecendo suporte às operações de crédito imobiliário em um cenário de maior demanda", afirma o presidente da Caixa, Carlos Vieira

(foto), em nota. "Essa medida fortalece a capacidade das instituições de manter o ritmo de concessões, mesmo diante da redução dos saldos de poupança, garantindo estabilidade e continuidade no atendimento ao mercado." As modalidades de financiamento com recursos SBPE têm saldo devedor atualizado pela TR e ofertam taxas de juros efetivas a partir de 10,99% ao ano, com prazo de até 420 meses.

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



TSEE

Aneel aprova ajuste no cadastro da Tarifa Social de Energia Elétrica

RENAN MONTEIRO/AE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem, uma resolução visando regularizar os cadastros de consumidores elegíveis para a gratuidade no pagamento da tarifa de energia, no âmbito da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). O órgão regulador quer a correspondência entre o CPF do titular do benefício e o dado registrado no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). A mudança de endereço das

famílias também está no radar. Há casos em que a unidade consumidora está fixada em determinado endereço, mas as informações no CadÚnico apontam para outro município. A norma aprovada nesta terça visa evitar esses casos. Foi decidido que as distribuidoras devem encaminhar relatórios trimestrais da evolução da regularidade cadastral dos consumidores de baixa renda. Os técnicos da Aneel deverão elaborar e apresentar em 2026 à diretoria uma análise sobre os impactos regulatórios e a dili-

gência das distribuidoras na regularização da titularidade e do endereço das famílias beneficiadas com a TSEE. A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) e algumas distribuidoras pediram a exclusão da correspondência entre endereço da instalação, CadÚnico e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Foi argumentado que haverá eventual exclusão de famílias que não conseguirem regularizar seu cadastro, por exemplo. A associação solicitou

a criação de regra de transição de médio prazo. A diretora e relatora, Agnes da Costa, apontou que está em curso na Controladoria-Geral da União (CGU) uma avaliação sobre a efetividade da política da TSEE nos exercícios de 2022 e 2023. No relatório de avaliação preliminar, com previsão para conclusão em janeiro de 2026, a CGU já teria sinalizado que a falta de controle na identificação dos beneficiários acaba permitindo a concessão do benefício a pessoas não elegíveis.

Ex-companheiro

Mulher é agredida, toma facada nas costas e se joga de carro para fugir

Uma mulher, de 34 anos, foi agredida e esfaqueada pelo ex-companheiro, de 30 anos, na noite de sábado passado, em Osasco, na região metropolitana de São Paulo. Não há informações sobre o estado de saúde dela. Este é mais um caso envolvendo violência contra mulheres registrado nas últimas semanas.

A agressão ocorreu na Rua Célia Cubici Carobres, Vila Menck, sendo a ocorrência registrada na 9ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) como ameaça, violência doméstica e tentativa de feminicídio.

"O autor do crime teria encontrado a vítima em via pública, discutido com ela e a obrigada a entrar dentro de um veículo, onde ocorreram

agressões físicas e uma facada pelas costas", disse a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Conforme a ocorrência, mesmo ferida, a vítima conseguiu sair do carro para fugir do agressor. Ela foi encaminhada para atendimento em um hospital da região.

As buscas continuam na tentativa de localizar o responsável pelo crime. "A equipe realizou diligências, mas o criminoso não foi localizado até o momento. Foram solicitados exames ao Instituto Médico Legal (IML)", disse a SSP.

Ainda de acordo com a pasta, a vítima solicitou medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha. O caso segue em investigação

Nota

PREFEITURA FORTALECE REDE MUNICIPAL DE SAÚDE PARA APOIO A CUIDADORES DE FAMILIARES

A rotina da aposentada Sandra Regina Mateus Rodrigues, 68 anos, ganhou novos contornos quando ela e sua mãe, Leonor Carpi Mateus, 90, passaram a ser acompanhadas pela Unidade de Referência à Saúde do Idoso (Ursi) Santana Jaçanã, na zona norte. Encaminhadas após a Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa (Ampi-AB) realizada na UBS Edu Chaves, mãe e filha receberam não apenas atendimento clínico especializado, mas também acolhimento e cuidado emocional. "Além de assistirem minha mãe, que tem Alzheimer, passaram a cuidar também de mim. Eu estava muito deprimida porque, quando me aposentei, achei que poderia aproveitar a vida, mas tive que me dedicar sozinha a cuidar dela, e essa passou a ser minha vida", relata Sandra. Convidada a participar das rodas mensais de cuidadores na Ursi, ela conta que encontrou um espaço de escuta e troca: "Essas rodas de conversa foram fundamentais, pois além de receber dicas das profissionais de saúde, aprendi também com as experiências dos outros participantes. A cada encontro eu saio mais fortalecida porque ouço outras histórias e recebo orientações valiosas para ajudar na minha rotina".

Fraude financeira

Operação mira grupo suspeito de movimentar R\$ 6 bilhões

A Polícia Civil de São Paulo prendeu oito suspeitos durante a operação realizada ontem pela 2ª Delegacia de Crimes Cibernéticos (DCCiber), que cumpriu 12 mandados de prisão temporária e 12 de busca em São Paulo, Campinas e Hortolândia. A Operação Azimut envolveu mais de 40 policiais.

A ação mira uma organização criminosa investigada por fraudes financeiras, transferências bancárias irregulares e lavagem

de dinheiro. A Polícia Civil segue com a análise dos materiais apreendidos e na captura dos demais investigados, já considerados foragidos.

O delegado Maicon Richard explicou que a operação decorre de um inquérito que apurou um furto mediante fraude contra uma empresa de meio de pagamento, que registrou prejuízo superior a R\$ 19 milhões.

A partir dos depoimentos e informações colhidas, a Polícia Civil identificou uma organiza-

ção criminosa voltada à prática de crimes financeiros, que também realizava empréstimos fraudulentos e utilizava empresas constituídas para ocultar a origem dos valores. Segundo o delegado, um escritório de contabilidade estruturava empresas usadas no esquema.

"A título de exemplo, funcionavam 15 empresas no mesmo local, demonstrando uma aparente legalidade e fragilidade dos dados colocados no ato da inscrição dessas empresas. Tem

muita coisa a se investigar ainda, mas consideramos que a operação de hoje foi exitosa pra gente", disse Richard.

Richard destacou ainda que uma das empresas beneficiárias movimentou, segundo relatório de inteligência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), mais de R\$ 6,8 bilhões em dois anos. Ele afirmou que há vasto material coletado e que as apreensões de hoje devem corroborar com todos os elementos coletados.

Mário de Andrade

Justiça mantém prisão de suspeito de roubo de obras de arte em SP

A Justiça de São Paulo, após audiência de custódia no fim da tarde de segunda-feira passada, decidiu manter preso Felipe dos Santos Fernandes Quadra, que junto com um comparsa, roubou obras de arte de Henri Matisse e de Candido Portinari que estavam em uma exposição na Biblioteca Mário de Andrade.

Felipe Quadra foi preso pela Polícia Civil na segunda-feira. Ele foi identificado por câmeras de segurança da própria biblioteca e também nas ruas do centro de São Paulo. As autoridades já sabem quem é o outro homem que participou da ação e está à sua procura.

Os criminosos levaram oito

gravuras de Matisse e cinco de Portinari. As obras faziam parte da exposição Do Livro ao Museu: MAM São Paulo e Biblioteca Mário de Andrade. Eles renderam uma vigilante e também um casal que visitava o local. Era o último dia do evento. Quadra e seu parceiro agiram rapidamente, pegaram

as peças, as colocaram em sacolas e saíram pela porta da frente.

A prefeitura de São Paulo acionou também a Interpol, polícia internacional, para evitar que as peças sejam comercializadas no exterior. A polícia de São Paulo continua em busca das obras.

Atenção básica

SP anuncia mais de R\$ 760 milhões em recursos para saúde de municípios

O Governo do Estado de São Paulo realizou, ontem, no Palácio dos Bandeirantes, a Cerimônia de Entrega de Benefícios aos Municípios Paulistas, que contou com anúncios de investimentos e entregas que somam mais de R\$ 760 milhões para fortalecer o financiamento da atenção básica em saúde, resiliência e desenvolvimento sustentável nas cidades. O evento marcou ainda a entrega da premiação do Município Verde Azul e o lançamento do programa Pro Pet. "Estamos celebrando muita coisa no Estado de São Paulo. Os prefeitos têm sido parceiros em todos os momentos. São eles que trazem as demandas, que temos procurado atender, e em um dia como esse é importante falarmos o que temos realizado em conjunto para a saúde e o fortalecimento das cidades. Eu agradeço esse esforço coletivo, esse trabalho de parceria que os municípios trazem. Hoje estamos entregando obras e investimentos estratégicos para cidades de todos os tamanhos e necessidades", afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

O evento reuniu Eleuses Paiva, secretário de Estado da Saúde, e Natália Resende, secretária de Estado do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, além de lideranças municipais e outras autoridades.

O total de repasses para a saúde foi de R\$ 490,9 milhões. Desse montante, mais de R\$ 230 milhões serão destinados aos 645 municípios por meio do IGM SUS Paulista, programa estadual de incentivo que eleva os repasses à medida que os municípios cumprem metas em indicadores como cobertura vacinal, prevenção da mortalidade infantil, controle de câncer de colo de útero, pré-natal, controle de hipertensão e diabetes, além de controle de arboviroses urbanas.

Já outros R\$ 260 milhões serão transferidos diretamente a 394 cidades via fundo a fundo, que tem origem em transferências voluntárias de parlamentares estaduais e indicações governamentais. Em junho de 2025, foram liberados R\$ 930 milhões e, em outubro de 2025, R\$ 380 milhões em recursos extras para todos os municípios paulistas. Somando esses recursos aos anunciados nesta terça-feira,



os repasses extras ultrapassam R\$ 1,57 bilhão, direcionados ao fortalecimento da saúde dos municípios.

Desde o início da gestão, o Governo de São Paulo já repassou mais de R\$ 11,5 bilhões para fortalecer os serviços municipais de saúde, por meio de convênios, transferências fundo a fundo e programas como o IGM SUS Paulista, entre outros.

"Quando o governador Tarcísio assumiu, nós estávamos com a saúde colapsada, já que casos crônicos não vinham sendo tratados e agudizaram, fazendo com que as pessoas procurasse as unidades de urgência e emergência. Montamos uma estratégia diferente do restante do país, que vai do acesso integrado à regionalização para aumentar o acesso à atenção de saúde", afirmou o secretário Eleuses Paiva.

CIDADES RESILIENTES

Por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), o Governo de São Paulo entregou R\$ 270 milhões em benefícios voltados ao fortalecimento da resiliência e da sustentabilidade dos municípios.

Foram anunciados novos investimentos vinculados ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) e ao Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (Fecop), com assinatura de contratos, entrega de equipamentos e apresentação de obras recentemente concluídas.

"Hoje materializamos um avanço concreto na política ambiental de São Paulo. As entregas, investimentos e contratos anunciados refletem um modelo mais

integrado de atuação do Governo do Estado, no qual secretarias, municípios e os órgãos do Sistema Ambiental operam de forma coordenada para ampliar infraestrutura, fortalecer governança e acelerar agendas prioritárias como saneamento, gestão hídrica, proteção animal, resíduos sólidos, resiliência e adaptação climática", afirmou a secretária Natália Resende.

FECOP

O Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (Fecop) é o mecanismo financeiro do Estado voltado ao apoio dos municípios na gestão de resíduos sólidos urbanos, garantindo investimentos diretos em veículos e equipamentos necessários para coleta, transporte, separação e processamento de resíduos. A iniciativa está alinhada às diretrizes da Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos, além do Programa Integra Resíduos, e foi estruturada para atender demandas represasdas, com transferência do Tesouro no valor de R\$ 43,7 milhões destinada especificamente a esse ciclo de entregas.

Por meio desse chamamento público, foram classificados 530 municípios e, neste primeiro ciclo, 105 foram convocados a apresentar documentação para assinatura de contrato e recebimento dos equipamentos. O processo contempla três categorias: caminhões coletores e compactadores, caminhões ou veículos leves para coleta seletiva e trituradores de galhos.

Cada município pode solicitar apenas uma categoria, conforme critérios técnicos definidos no edital, incluindo existência de Planos

Municipais de Gestão de Resíduos atualizados, operação formalizada de coleta seletiva, participação nos programas Integra Resíduos e UniversalizaSP e instituição de taxa ou tarifa de resíduos sólidos.

A seleção prioriza eficiência operacional e padronização da frota, o que implica investimentos específicos: R\$ 32,5 milhões para 52 caminhões compactadores; R\$ 7,9 milhões para 29 veículos destinados à coleta seletiva; e R\$ 3,3 milhões para 24 trituradores de galhos, totalizando o investimento integral previsto de R\$ 43,7 milhões. Os equipamentos contribuirão para ampliar a capacidade municipal de coleta e transporte, reduzir volume encaminhado a aterros, melhorar processos de separação e reaproveitamento de materiais e estimular práticas associadas à economia circular. Durante o evento, serão assinados os três primeiros contratos, com Sebastianópolis do Sul, Ubarana e Nova Granada.

FEHIDRO

Já o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) é o principal mecanismo de financiamento para ações de proteção, recuperação e gestão sustentável da água, com foco na ampliação do saneamento, controle de perdas, obras de drenagem, manejo de resíduos e fortalecimento da governança hídrica municipal.

Entre 2023 e 2025, o Fehidro contratou R\$ 926,4 milhões em investimentos, sendo R\$ 799,5 milhões destinados diretamente aos municípios. Desse total, R\$ 731 milhões financiaram iniciativas estruturantes, incluindo drenagem urbana (R\$ 213,4 milhões), ampliação e modernização do esgotamento sanitário (R\$ 196,7 milhões), controle de perdas em sistemas de abastecimento (R\$ 114,6 milhões), planejamento e gestão de recursos hídricos (R\$ 106,9 milhões), contenção de processos erosivos (R\$ 57,4 mi) e manejo de resíduos sólidos (R\$ 42 milhões). Somente em 2025, o programa atendeu 222 municípios, com R\$ 435 milhões contratados. No mesmo período, 362 obras permaneceram em execução, totalizando R\$ 464,3 milhões, sendo 96% delas conduzidas diretamente pelas administrações municipais.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE DA 45ª (QUADRAGÉSIMA QUINTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 45ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do Termo de Securitização De Créditos Imobiliários Da 1ª Série Da 45ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização De Certificados De Recebíveis Imobiliários Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Porte Almagah 227 Spe Ltda. E Pela João De Oliveira Torres Incorporações Spe Ltda. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 29 de dezembro de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: i. Aprovar a contratação do assessor legal Caneco Costa Pereira Alabarce Advogados ("Assessor Legal"), às expensas do Patrimônio Separado e nos termos do escopo e honorários descritos na proposta disponibilizada para consulta aos Titulares de CRI no material de apoio, anexo ao Edital, para atuar na defesa dos interesses da Emissora no âmbito da Medida Judicial interposta pela Prefeitura do Município de São Paulo, com o objetivo de afastar as exigências do IPTU sobre os imóveis alienados fiduciariamente em favor da Emissão; Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail "Agente.fsp@vortex.com.br" e agente.fiduciario@vortex.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI PORTE 45", observando o disposto na CVM 60, e conforme documento abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Boletim de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se a disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). Anexo do Edital: <https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/2341557666>
São Paulo, 06 de dezembro de 2025. **Amanda Martins** - Diretora

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 25ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em Série Única da 25ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 15 do "Termo de Securitização De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 25ª Emissão" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 30 de dezembro de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: i. Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.2, subitem (viii), da "Cédula de Crédito Bancário" ("CCB"), em razão do descumprimento de obrigação pecuniária decorrente do desequilíbrio do Fundo de Reserva, conforme disposto na Cláusula 8.7.3 do Termo de Securitização e na Cláusula 5.8.3 da CCB. O descumprimento implica a necessidade de aporte no valor de R\$ 307,783,17 (trezentos e sete mil, setecentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos), destinado à recomposição do Fundo de Reserva; II. Caso aprovado o item (i), acima, conceder prazo adicional de 3 meses contados da celebração da data desta assembleia, para que a Devedora recomponha o Fundo de Reserva; III. A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail servicos.estruturados@terrainvestimentos.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Vitoria Tower (25)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documento abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).
São Paulo, 09 de dezembro de 2025.
Amanda Martins - Diretora de Securitização

PRIMAVERA:

Sol com nuvens e chuva.

À noite não chove.

ALERJ

Moraes solta Bacellar, mas impõe uso de tornozeleira

ADRIANA VICTORINO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou ontem, a soltura do presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União Brasil). O deputado passará a usar tornozeleira eletrônica.

A decisão do magistrado ocorre após deputados da Alerj votarem na segunda-feira passada, para revogar a prisão.

Bacellar foi preso na última quarta-feira, suspeito de ter vazado informações da Operação Zargun, que capturou o então

deputado estadual TH Joias, suspeito de ligação criminosa com a facção Comando Vermelho (CV).

A prisão foi determinada após mandado expedido por Moraes, que foi cumprido pela Polícia Federal no âmbito da Operação Unha e Carne.

O plenário aprovou, por 42 votos a favor, 21 contra e duas abstenções, o relatório do deputado estadual Rodrigo Amorim (PL), líder do governador Cláudio Castro na Alerj, pela revogação da prisão. O texto não trata sobre o mérito da prisão, apenas sobre a revogação.

Na decisão que concede a liberdade provisória a Bacellar,

Moraes impôs medidas cautelares:

- Afastamento do cargo de presidente da Alerj enquanto durar a investigação criminal;
- Recolhimento domiciliar noturno entre 19h e 6h de segunda-feira a sexta-feira e integral aos fins de semana, feriados e dias de folga, sempre na comarca;
- Uso de tornozeleira eletrônica;
- Proibição de se comunicar com os demais investigados;
- Entrega de todos os passaportes;
- Suspensão imediata de quaisquer documentos de porte

de arma de fogo, bem como de quaisquer Certificados de Registro para realizar atividades de colecionamento de armas de fogo, tiro desportivo e caça.

Em caso de descumprimento das medidas cautelares, o deputado deverá pagar uma multa diária de R\$ 50 mil. O magistrado determinou ainda o levantamento do sigilo da decisão, considerando "a desnecessidade da restrição de publicidade".

Moraes permitiu que Bacellar exceda o horário das 19h do recolhimento domiciliar noturno, caso seja necessário para participar de sessões ou votações da Alerj, mediante justificativa da Casa em até 24 horas.

IMUNIZAÇÃO

Vacina contra dengue do Butantan começa a ser aplicada em janeiro

O Ministério da Saúde anunciou, ontem, as diretrizes para o uso da nova vacina contra a dengue, o primeiro imunizante de dose única produzido integralmente no Brasil pelo Instituto Butantan.

As primeiras 1,3 milhão de doses já fabricadas serão destinadas aos profissionais da Atenção Primária, que atuam nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e em visitas domiciliares, seguindo a recomendação da Câmara Técnica de Assessoramento de Imunização (CTAI). A previsão é de que o lote inicial esteja disponível até o fim de janeiro de 2026.

Durante o anúncio, o ministro Alexandre Padilha (**foto**) destacou a importância de proteger os trabalhadores que lidam diretamente com os primeiros atendimentos de dengue.

“A vacinação já começa com a produção do Butantan, que vai disponibilizar volume suficiente para iniciarmos a imunização dos profissionais da atenção primária em todo o país. A atenção primária é a porta de entrada para os casos de dengue, por isso é fundamental proteger o mais rápido possível esses profissionais”, afirmou.

Com a ampliação da capacidade produtiva, o ministério pretende estender a vacinação ao público geral. A campanha deverá começar pelos adultos de 59 anos e avançar gradualmente até atingir a faixa dos 15 anos.

O aumento da oferta de doses



ABRASIL

será possível graças a uma parceria entre o Instituto Butantan e a empresa chinesa WuXi Vaccines, responsável pela produção em maior escala e pela transferência de tecnologia.

A definição do público prioritário levou em conta critérios técnicos e o perfil epidemiológico do país, discutidos na reunião da CTAI realizada em 1º de dezembro.

IMPACTO

Parte das doses será destinada a uma estratégia específica em Botucatu (SP), que servirá como área de estudo para avaliar o impacto da vacinação em massa na dinâmica da doença. Diferentemente do restante do país, o município deverá iniciar mais rapi-

damente a vacinação de toda a população de 15 a 59 anos.

A expectativa é que, com adesão entre 40% e 50% do público-alvo, já seja possível observar impacto significativo no controle da dengue.

Durante a pandemia de covid-19, Botucatu também participou de uma iniciativa semelhante de vacinação em massa. Outros municípios com predominância do sorotipo DENV-3 — considerado determinante para o aumento de casos em 2024 — também estão sendo avaliados para integrar a estratégia.

EFICÁCIA

A vacina desenvolvida pelo Butantan demonstrou eficácia de 74,7% contra a dengue sintomáti-

ca em pessoas de 12 a 59 anos e de 89% contra formas graves e com sinais de alarme, segundo estudos apresentados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que concedeu o registro ao imunizante na segunda-feira passada. O Sistema Único de Saúde (SUS) já oferece uma outra vacina contra a dengue, fabricada por um laboratório japonês e aplicada em duas doses, destinada a adolescentes de 10 a 14 anos.

Desde 2024, quando o Brasil se tornou o primeiro país a incorporar o imunizante na rede pública, mais de 7,4 milhões de doses foram aplicadas. Para 2026, o Ministério da Saúde garantiu 9 milhões de doses desse imunizante, com previsão de mais 9 milhões para 2027.

CAMPO GRANDE

Casal é morto e bebê fica ferido em ataque a tiros na Avenida Brasil

Um casal foi morto e um bebê ficou ferido na noite desta segunda-feira passada, após um ataque a tiros contra o carro em que estavam na Avenida Brasil, em Campo Grande, na zona oeste do Rio. O bebê foi atingido e socorrido ao Hospital Muni-

pal Pedro II, em Santa Cruz. A criança passou por cirurgia e está em estado gravíssimo.

De acordo com a Polícia Militar do Rio, o comando do 27º BPM (Santa Cruz) e do Batalhão de Vias Expressas foram acionados para a ocorrência. O caso é

investigado pela Delegacia de Homicídios da Capital (DHC).

"A Assessoria de Imprensa da Secretaria de Estado de Polícia Militar informa que, segundo o comando do 27º BPM (Santa Cruz) e do Batalhão de Vias Expressas, policiais militares atua-

ram em apoio a uma ocorrência conduzida pela Polícia Rodoviária Federal, na noite de segunda-feira passada após o Viaduto Oscar de Brito, na Avenida Brasil. No interior do veículo havia um casal vítima de disparos de arma de fogo", disse a PM.

FEMINICÍDIO

Mulher é morta a facadas na frente dos três filhos em Duque de Caxias

Uma mulher, de 47 anos, foi assassinada a facadas, na segunda-feira passada, na comunidade Sem Terra, em Duque de Caxias, Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio. Ma-

rineusa dos Santos Leite teria sido morta pelo ex-marido na frente dos três filhos.

O principal suspeito do crime é o ex-marido de Marineusa. Ela chegou a ser socorrida e levada

para o Hospital Adão Pereira Nunes, em Duque de Caxias, mas não resistiu.

A Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBF) investiga o caso e realiza buscas

para encontrar o autor do crime.

A Polícia Militar diz que policiais do 15º BPM foram acionados pelo hospital após a vítima chegar ao local. O caso foi registrado na 60ª DP (Campos Elíseos).

ESTADO TERMINAL

Profissionais do SUS receberão treinamento em cuidados paliativos

ALANA GANDRA/ABRASIL

Profissionais de serviços de atenção primária à saúde serão treinados para atuar em cuidados paliativos, com o objetivo de proporcionar mais qualidade de vida às pessoas com doenças graves. O novo ciclo do Projeto Cuidados Paliativos começa em 2026 em 20 estados. O projeto é uma parceria do Ministério da Saúde e do Hospital Sírio-Libanês, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS). Em entrevista à Agência Brasil, a paliativista e coordenadora médica do projeto no Sírio-Libanês, Maria Perez, informou que o primeiro encontro com as 20 secretarias estaduais de Saúde já foi realizado. Ela explicou que a compreensão mais frequente sobre os cuidados paliativos é que eles são utilizados apenas em pacientes terminais, sem chance de cura. Mas isso não é correto.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), essa é uma abordagem que foca a questão de qualidade de vida, olhando não só os sintomas físicos, mas também questões emocionais, sociais, espirituais dos pacientes e seus familiares, benéfica a todos os portadores de doenças graves. Esses cuidados devem ser oferecidos junto com o tratamento específico para a doença de base que o paciente tiver.

“Quando a gente fala em abordagem de cuidados paliativos, não necessita necessariamente que seja um especialista em cuidados paliativos atuando. Mas que tenha esse olhar, pensando na qualidade de vida, trazendo a pessoa para o centro do cuidado, ter sempre uma atenção na comunicação e no manejo de sintomas”, afirmou Maria Perez.

Para ela, isso deveria acontecer desde o diagnóstico de uma doença ameaçadora da vida. “Os pacientes precisam muito dessa abordagem de cuidados paliativos. Que ela seja ofertada no momento da terminalidade, mas não só”, acrescentou.

O projeto Cuidados Paliativos, via Proadi-SUS, começou a ser desenvolvido no Hospital Sírio-Libanês em 2020, envolvendo profissionais de hospitais, ambulatórios de especialidades e serviços de atendimento domiciliar. Mais de 10 mil profissionais de saúde do SUS participaram de capacitações ofertadas por meio do projeto e mais de 12 mil pacientes com demandas de cuidados paliativos foram identificados por esses serviços de saúde.

A iniciativa é focada na capacitação e na implementação de novos protocolos para atender a esse perfil de paciente. Em 2024, após o lançamento da Política Nacional de Cuidados Paliativos, o programa foi reformulado, transformando-se em projeto de apoio à política.

“Aí, a gente passou a trabalhar não só hospitais, ambulatórios de especialidades e serviços de atendimento, mas também unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (Samus), que têm atuação mais próxima às secretarias estaduais de Saúde”, disse.

No ciclo iniciado em 2024,

mais de 150 serviços de saúde de 19 estados e do Distrito Federal participaram do projeto, entre eles UPAs e serviços de Atendimento Médico de Urgência (Samus). Como se tratam de serviços de atendimento emergencial, Maria Perez conta que a primeira impressão foi de estranhamento. “Mas à medida que as equipes foram entendendo o conceito correto de cuidados paliativos, foram percebendo que já atendiam essas pessoas, com crises de dor e falta de ar e que acionam o Samu”, acrescentou.

“A gente teve a participação de 49 hospitais, 54 serviços de atendimento domiciliar, 11 ambulatórios, 19 UPAs e 16 Samus espalhados pelo Brasil. Agora, estamos esperando a indicação das secretarias sobre quais são os serviços vão participar no próximo ano”, disse a especialista. A expectativa é que, ao final de 2026, o projeto deverá alcançar um terço das macrorregiões do país.

A partir de agora, com a ação mais próxima às secretarias estaduais de Saúde, a ideia é fortalecer o trabalho em toda a rede. “Porque daí a gente consegue garantir ou buscar essa continuidade de cuidado, essa qualidade assistencial”, disse ainda Maria Perez.

PIONEIRISMO

Um dos primeiros serviços a receber o projeto foi o Samu 192 - Regional do Alto Vale do Paraíba, no estado de São Paulo. Para Rita de Cássia Duarte, enfermeira e supervisora do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) no Vale do Paraíba, a iniciativa foi um divisor de águas, trazendo benefícios para o serviço, para a população e toda a atenção básica.

“Para os profissionais que atuam com urgência e emergência, cuidados paliativos eram algo muito novo. De maneira geral, o foco desse profissional sempre foi salvar vidas e lidar com situações de risco imediato, e não acompanhar pacientes com condições irreversíveis. Havia uma dificuldade em entender que há limitação e que, em alguns casos, não haverá intervenções curativas, mas, ainda assim, haverá cuidado, acolhimento e atenção a um perfil específico de paciente”, disse Rita de Cássia.

AVANÇOS

Maria Perez avaliou que o Brasil tem avançado muito na pauta de cuidados paliativos. “Antigamente, a gente falava e a pessoa não sabia nem do que estávamos falando. Hoje em dia, como o assunto tem estado mais na mídia, os profissionais têm procurado entender”.

De acordo com a especialista, um dos principais pontos trabalhados na capacitação é a identificação da demanda, para que os profissionais consigam identificar os pacientes que precisam desses cuidados e qual a melhor forma de oferecê-los. A formação parte de ferramentas com base científica, mas também ressalta a importância de haver “um momento para conversar com o paciente e familiares para entender as condições biográficas e de valores, do que é importante para o paciente, o que é qualidade de vida para ele”, enfatizou.

PRIMEIRA TURMA

STF encerra 1º dia do julgamento do Núcleo 2 da trama golpista

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou o primeiro dia do julgamento que pode condenar seis réus do núcleo 2 da trama golpista ocorrida durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A sessão será retomada na próxima terça-feira, quando os ministros vão começar a votação que vai decidir se os réus serão condenados ou absolvidos.

O julgamento é realizado de forma presencial pela Primeira Turma da Corte. Os ministros Alexandre de Moraes, relator da ação penal, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia fazem parte do colegiado.

A ação penal envolve Filipe Martins, ex-assessor de Assuntos Internacionais do ex-presidente Jair Bolsonaro; Marcelo Câmara, ex-assessor de Bolsonaro; Silvinei Vasques, ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF); Mário Fernandes, general da reserva do Exército; Marília de Alencar, ex-diretora de Inteligência do Ministério da Justiça e Fernando de Sousa Oliveira, ex-diretor de Operações do Ministério da Justiça.

Os réus são acusados pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

SESSÃO

Pela manhã, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, defendeu a condenação de todos os réus. Em seguida, as defesas de Filipe Martins e de Fernando de Sousa Oliveira se manifestaram.

Na parte da tarde, a defesa do coronel do Exército Marcelo Câmara, ex-assessor de Jair Bolsonaro, negou que o militar tenha realizado o monitoramento

ilegal do ministro Alexandre de Moraes.

O advogado de Marília de Alencar, ex-diretora de Inteligência do Ministério da Justiça, pediu a absolvição da acusação de participação na trama golpista. Delegada da Polícia Federal, ela foi responsável pelo levantamento de dados que baseou as blitzes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para dificultar a circulação de eleitores do Nordeste durante o segundo turno das eleições de 2022.

A defesa do general do Exército Mário Fernandes negou que o militar tenha apresentado conduta concreta para matar autoridades.

Durante o governo Bolsonaro, o general ocupou o cargo secretário-executivo da secretaria-geral da Presidência da República e foi responsável, segundo a Polícia Federal (PF), pela elaboração do arquivo de word intitulado "Punhal Verde e Amarelo", com planejamento "voltado ao sequestro ou homicídio" do ministro Alexandre de Moraes, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do vice-presidente, Geraldo Alckmin.

Último a se manifestar, a defesa de Silvinei Vasques, ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF), negou que seu cliente atuou para barrar o deslocamento de eleitores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições de 2022.

OUTROS NÚCLEOS

Até o momento, o STF já condenou 24 réus pela trama golpista. Os condenados fazem parte dos núcleos 1, liderado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, 3 e 4.

O núcleo 5 é formado pelo réu Paulo Figueiredo, neto do ex-presidente da ditadura João Figueiredo. Ele mora dos Estados Unidos, e não há previsão para o julgamento.

EDUCAÇÃO

Instituto Federal em SC terá 2 novos campi para atender 2,8 mil

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

O ministro da Educação, Camilo Santana, assinou ontem o termo de autorização de início das obras de dois novos campi do Instituto Federal Catarinense (IFC), nas cidades de Mafra e Campos Novos. Segundo o ministério, cada nova unidade terá capacidade para atender 1,4 mil estudantes.

As obras terão investimento de R\$ 25 milhões cada, com recursos do novo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). A distribuição do recurso prevê, para cada uma das estruturas, R\$ 15 milhões para infraestrutura e R\$ 10 milhões para aquisição de equipamentos e mobiliário. O Ministério da Educação (MEC) divulgou que repassou R\$ 2 milhões para cada unidade.

Segundo o ministro, com as novas estruturas, o país passará a ter 792 campi de institutos federais. “Além disso, com recursos do Novo PAC, estamos construindo 270 restaurantes estudantis nos institutos federais, bibliotecas e laboratórios”, afirmou Camilo Santana.

RECURSOS

O ministro contextualizou que, nos últimos quatro anos,

houve ampliação nos recursos orçamentários para instituições federais. “Comparando ao orçamento do último ano do governo passado com o orçamento que encaminhamos agora para o Congresso Nacional, foi um aumento de 40%”, disse o Santana.

Na cerimônia, o reitor do IFC, Rudinei Kock Exterckoter, informou que os canteiros de obras das duas unidades já estão sendo montados e que pretende iniciar os cursos no próximo ano em unidades temporárias.

A iniciativa integra o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que prevê a construção de mais de 100 novos campi em todo o Brasil, com investimento de R\$ 2,5 bilhões do Novo PAC.

O Novo PAC também prevê recursos para a consolidação dos institutos federais, com investimento de R\$ 1,4 bilhão. Essa ação visa melhorar e ampliar a infraestrutura das unidades. As prioridades de investimento são a construção de restaurantes estudantis, bibliotecas, salas de aula, quadras poliesportivas, laboratórios e unidades em sedes próprias.

TERRAS INDÍGENAS

Senado reage ao STF e aprova PEC do Marco Temporal

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Senado aprovou ontem a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/23 que estabelece a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas.

A tese diz que os povos indígenas só teriam direito a áreas ocupadas ou sob disputa na data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988.

Antes da votação, os senadores aprovaram um requerimento para estabelecer um calendário especial para análise da proposta, sem a necessidade de intervalo entre os dois turnos de votação. Com isso, o texto foi aprovado por 52 votos favoráveis e 14 contrários no primeiro turno e com 52 favoráveis e 15 contrários no segundo. O projeto passará agora por análise da Câmara dos Deputados.

O texto diz que são terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas brasileiros aquelas que, na data da promulgação desta Constituição, eram, simultaneamente, por eles habitadas em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessárias a sua reprodução física e cultural segundo seus usos, costumes e tradições, vedada a ampliação além dos limites já demarcados.

Ainda de acordo com a proposta, ausente a ocupação tradicional indígena na data de promulgação da Constituição, ou o renitente esbulho comprovado,



CARLOS MOURA/AGENCIA SENADO

são válidos e eficazes os atos, os negócios jurídicos e a coisa julgada relativos a justo título ou a posse de boa-fé das áreas reivindicadas, por particular.

O texto assegura o direito “à justa e prévia indenização”, pelo valor de mercado, da terra nua e das benfeitorias necessárias e úteis, pela União, em caso da desapropriação por interesse social. Além disso, abre a possibilidade de compensação à comunidade indígena com áreas equivalentes.

PROJETO

A PEC foi apresentada pelo senador Dr. Hiran (PP-RR) e recebeu relatório favorável do senador Esperidião Amin (PP-SC). A inclusão da proposta na pauta

foi anunciada, na semana passada, pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (**foto**) como reação à decisão monocrática do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, de que apenas o chefe da Procuradoria-Geral da República (PGR) está apto a denunciar ministros da Corte ao Senado por crimes de responsabilidade.

Ao defender a proposta, Amin lembrou que o tema está na pauta do Supremo Tribunal Federal. A corte volta a debater o tema hoje. Em 2023, o STF considerou que o marco temporal é inconstitucional.

Antes de retomar o julgamento, o STF realizou diversas audiências de uma comissão de

conciliação entre as partes envolvidas na questão. A conciliação foi convocada pelo ministro Gilmar Mendes, relator das ações.

“Creio que aprovando a presente Proposta de Emenda à Constituição, com a emenda que ora estamos apresentando a este Plenário, o Senado Federal cumpre inclusive o seu papel de estabelecer um saudável diálogo institucional com o próprio STF, sem afrontas de uma parte a outra, mas com respeito às visões diferentes para se criar uma legislação constitucional que equilibre o respeito às comunidades indígenas e o direito fundamental dos ocupantes de boa-fé à segurança jurídica”, justificou Amin.

COMISSÃO

CAE do Senado aprova marco legal do Sistema de Pagamentos

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem o projeto de lei (PL) 2926/23 que cria um novo marco legal para o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), responsável por intermediar as operações de transferência de fundos, valores mobiliários e outros ativos financeiros.

O texto agora segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto visa modernizar o sistema e aumentar a segurança das transações do sistema de pagamentos, a exemplo do Pix, além de fortalecer o poder de regulação e fiscalização das autoridades competentes.

Entre outros pontos, a proposta traz mais clareza às responsabilidades dos agentes reguladores, com definições mais precisas e atuação mais eficaz sobre os agentes de mercado.

O texto dedica atenção especial ao gerenciamento de riscos, com o objetivo de minimizar o risco de liquidação, ou seja, o não cumprimento das obrigações assumidas nas transações financeiras das instituições operadoras de infraestruturas do mercado financeiro (IMF), responsáveis por intermediar as operações financeiras, desde o pagamento de boletos até negociações complexas de títulos e ativos financeiros.

Para o relator da matéria, Ro-

gério Carvalho (PT-SE), o desenvolvimento e a difusão do Pix entre as pessoas físicas e jurídicas no Brasil é uma prova eloquente da importância crescente das IMFs para melhor servir à população em seu cotidiano e dinamizar os negócios e a economia.

“A proposta também tem o mérito de dar melhor tratamento à mitigação dos riscos nesses ambientes de negócios, o que é essencial para o funcionamento adequado dos mercados”, apontou.

De acordo com o projeto, o Banco Central terá a prerrogativa de definir quais operadoras de IMF serão consideradas sistemicamente importantes, como aquelas com grande volume

de operações. Essas instituições deverão contar com a atuação de uma contraparte central ou de um garantidor para assegurar a liquidação das obrigações.

A contraparte central é uma instituição que se interpõe entre as partes de uma transação ao assumir o risco de crédito de ambas e garantir a liquidação da operação. Já o garantidor é uma instituição que assume a responsabilidade de honrar as obrigações de um participante caso este não cumpra as obrigações.

Segundo o texto, o Banco Central ou bancos públicos não poderão atuar como contrapartes centrais ou garantidores, exceto em situações específicas previstas na legislação.

MEIO AMBIENTE

COP30 realizada em de Belém foi a quarta maior da história

JULIANA DOMINGOS DE LIMA/AE

A participação presencial na COP30, conferência climática da ONU realizada em Belém entre 10 e 21 de novembro, foi de 42 618 pessoas, segundo a lista oficial do evento divulgada ontem. Um total de 190 partes (países) membros da convenção do clima estavam presentes.

Em novembro, a Convenção-Quadro da ONU sobre a Mudança do Clima (Unfccc) divulgou que a conferência teve 56.118 inscritos, de 194 países.

A contagem dos 42 mil corresponde às pessoas que compareceram no local, recebendo um crachá físico válido para circular pela zona azul, espaço oficial da conferência, em pelo menos um dia do evento. Outros 2.550 logaram pelo menos uma vez na plataforma virtual do evento para acompanhar a transmissão online.

O número é o quarto maior já registrado e mais de dez vezes maior do que a primeira cúpula, realizada em 1995 em Berlim, que contou com cerca de quatro mil participantes. Ainda assim, o comparecimento foi menor em relação às três edições anteriores, em que houve recorde:

- COP-29 (Baku, Azerbaijão): 54.148;
- COP-28 (Dubai, Emirados Árabes): 83.884;

gério Carvalho (PT-SE), o desenvolvimento e a difusão do Pix entre as pessoas físicas e jurídicas no Brasil é uma prova eloquente da importância crescente das IMFs para melhor servir à população em seu cotidiano e dinamizar os negócios e a economia.

“A proposta também tem o mérito de dar melhor tratamento à mitigação dos riscos nesses ambientes de negócios, o que é essencial para o funcionamento adequado dos mercados”, apontou.

De acordo com o projeto, o Banco Central terá a prerrogativa de definir quais operadoras de IMF serão consideradas sistemicamente importantes, como aquelas com grande volume

de operações. Essas instituições deverão contar com a atuação de uma contraparte central ou de um garantidor para assegurar a liquidação das obrigações.

A contraparte central é uma instituição que se interpõe entre as partes de uma transação ao assumir o risco de crédito de ambas e garantir a liquidação da operação. Já o garantidor é uma instituição que assume a responsabilidade de honrar as obrigações de um participante caso este não cumpra as obrigações.

Segundo o texto, o Banco Central ou bancos públicos não poderão atuar como contrapartes centrais ou garantidores, exceto em situações específicas previstas na legislação.

dados da ONU, mudou a dinâmica do evento

Se as primeiras cúpulas do clima, realizadas nos anos 1990, se deram quase sem visibilidade, isoladas do conjunto mais amplo da sociedade, as dos últimos anos têm acompanhado a projeção crescente do tema, com maior cobrança por transparência da sociedade e cons-trangimento dos tomadores de decisão, segundo especialistas.

Para Ana Flávia Granja e Barros, do Instituto de Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB) a COP ganhou um novo significado ao se tornar uma oportunidade de diálogo entre os mais diversos atores

Pior Câmara

Motta usa métodos da ditadura para arrancar Glauber da Mesa

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ) (**foto**) ocupou a cadeira da presidência da Câmara dos Deputados, no plenário da Casa, na tarde desta terça-feira, e foi arrancado à força por agentes da Polícia Legislativa Federal.

A ocupação começou como protesto do parlamentar, após o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciar que levaria ao plenário o pedido de cassação do deputado, juntamente com os processos de Carla Zambelli (PL-SP) e Delegado Ramagem (PL-RJ), os dois últimos condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os casos não tem relação entre si.

Além disso, Motta também pautou a votação do projeto para reduzir as penas dos envolvidos na trama golpista.

"Que me arranquem desta cadeira e me tirem do plenário", disse o deputado.

Braga pode perder o mandato por ter agredido, com um chute, um militante do Movimento Brasil Livre (MBL), no ano passado, após



AGENCIA CÂMARA

ser provocado.

Ao ocupar a cadeira de presidente, Glauber Braga criticou a postura de Motta, em agosto, quando deputados de oposição obstruíram fisicamente a mesa diretora do plenário, por cerca de 48 horas. Na ocasião, não houve retirada forçada dos parlamentares e nenhum foi puni-

do. Desta vez, no entanto, menos de uma hora após o protesto, Glauber foi arrancado por agentes de segurança.

O sinal da TV Câmara, que transmitia ao vivo a sessão em plenário, foi imediatamente cortado e a imprensa, retirada de forma obrigatória, sem poder acompanhar a situação. Até o

momento, não foi informado se a decisão de cortar a transmissão e mandar esvaziar o plenário e a galeria foi dada por Hugo Motta.

Imagens registradas por deputados mostram o momento em que o Glauber Braga é retirado à força, sob protestos de parlamentares aliados.

Glauber questiona Motta por truculência após ser retirado da cadeira da Presidência

GABRIEL DE SOUSA, GABRIEL HIRABAHASI E VICTOR OHANA/AE

O deputado federal Glauber Braga (PSOL-SP) questionou o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pela truculência da Polícia Legislativa que o retirou da cadeira da Presidência, no plenário da Casa, à força. O deputado disse que irá fazer exame de corpo de delito.

"Precisa atacar as deputadas? Precisava de uma ação violenta e forçada? O senhor que sempre quis demonstrar, como se fosse um ponto de equilíbrio entre forças diferentes, isso é uma mentira", disse Glauber em entrevista coletiva de imprensa realizada após a ação da Polícia Legislativa.

Glauber também questionou

Motta por não ter tomado a mesma postura quando deputados aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ocuparam a Mesa, em agosto, como estratégia para forçar a votação da anistia. Ele declarou que, naquela ocasião, não foi cogitada uma retirada à força dos opositoristas.

"A única coisa que eu pedi ao presidente da Câmara, Hugo Motta, foi que ele tivesse 1% do tratamento comigo que teve com aqueles que sequestraram a Mesa Diretora da Câmara, por 48 horas, em associação com um deputado que está nos Estados Unidos conspirando contra o nosso País", disse Glauber.

Glauber também se solidarizou pela censura à imprensa, que foi retirada do Plenário antes da ação da Polícia Legislati-

va. A TV Câmara também teve o sinal desligado. As ações, segundo o deputado do PSOL, foram feitas para que os jornalistas não acompanhassem o que ocorreu na Casa.

O deputado declarou que ocupou a cadeira de presidente da Câmara para demonstrar que "não pode se render". Mais cedo, Motta disse que levará ao plenário nos próximos dias a votação do pedido de cassação dele por quebra de decoro por agredir um integrante do Movimento Brasil Livre (MBL) em abril de 2024. Segundo o deputado, não há motivos para que ele perca o mandato e se torne inelegível por oito anos.

"A minha presença hoje (ontem), na Mesa Diretora da Câmara, foi exatamente para de-

monstrar que a gente não pode se render. Me acusam de ter defendido a honra da minha mãe? De ter denunciado o orçamento secreto? De ter batido de frente com o todo poderoso Arthur Lira?", disse Glauber.

Glauber também disse ter sido motivado a fazer o protesto pela inclusão do projeto que reduz penas dos condenados pelos atos golpistas do 8 de Janeiro, que está previsto para ser votado nesta terça. Segundo ele, está havendo uma "ofensiva golpista" para que o ex-presidente Jair Bolsonaro tenha a pena reduzida para dois anos de prisão. O parlamentar disse que "vai lutar para que não firam a democracia com pacote golpista" e declarou que as ações dele não vão se encerrar nesta terça.

Orçamento Secreto

Dino marca julgamento do 1º caso de desvio de emendas

HUGO HENUD E LAVÍNIA KAUCZ/AE

O presidente da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino (**foto**), marcou para os dias 10 e 11 de março de 2026 as sessões que vão julgar a primeira ação penal sobre supostos desvios de emendas parlamentares do orçamento secreto, caso revelado pelo Estadão. O julgamento envolve os deputados Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA) e o suplente Bosco Costa (PL-SE), acusados de cobrar propina para liberar verbas de saúde.

As datas foram marcadas após o relator, ministro Cristiano Zanin, encerrar a fase de instrução, receber as alegações finais das defesas e pedir que o processo fosse pautado. Dino reservou três sessões para o julgamento: 10 de março pela manhã e à tarde, além de uma sessão extraordinária na manhã de 11 de março Trata-se do primeiro caso, entre mais de 80 investigações envolvendo parlamenta-



GUSTAVO MORENO/STF

res, a avançar para a etapa decisiva no Supremo.

Além de Dino, participam do julgamento o relator, Cristiano Zanin, e os ministros Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia. A quinta cadeira da Turma deve ser ocupada pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para suceder Luís Roberto Barroso.

Na ação penal, a Procuradoria-Geral da República (PGR)

acusou os três parlamentares de cobrarem propina para liberar pouco mais de R\$ 6 milhões em emendas de saúde destinadas a São José de Ribamar (MA). A denúncia aponta que mensagens obtidas pela Polícia Federal revelam um esquema de "rachadinha" estruturado por meio de empresas de fachada no período do orçamento secreto, mecanismo declarado inconstitucional pelo STF em 2022 por seu baixo nível de transparência.

As defesas negam as acusações, afirmam que não há provas de participação dos deputados na destinação dos recursos e sustentam que os repasses foram autorizados pelo Ministério da Saúde, sem interferência parlamentar. Também apontam supostas falhas na investigação, como o acesso tardio aos diálogos periciados pela PF.

A decisão de Dino chega em meio ao agravamento da crise entre STF e Congresso. O ambiente já estava desgastado após a indicação de Messias ao Supremo, feita sem articulação prévia com o Senado e que abriu um flanco de desgaste para o Planalto.

A tensão aumentou na última quarta-feira, quando o ministro Gilmar Mendes restringiu a possibilidade de apresentação de pedidos de impeachment contra integrantes da Corte, o que provocou reação imediata no Legislativo. Horas depois, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou um projeto que limita decisões individuais dos ministros.

Ditadura Motta

Associações criticam proibição de acesso da imprensa ao plenário

Associações de jornalismo brasileiras repudiaram o cerceamento ao trabalho da imprensa na Câmara dos Deputados ontem. Após o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) ocupar a cadeira do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), jornalistas foram impedidos de acessar o plenário e a TV Câmara suspendeu a exibição da sessão.

"O impedimento do trabalho de jornalistas e o corte de sinal da TV Câmara são incompatíveis com o exercício da liberdade de imprensa", afirmaram a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Nacional de Editores de

Revistas (Aner) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ).

"A ANJ, Abert e Aner esperam a apuração de responsabilidades para que tais práticas de intimidação não se repitam e que sejam preservados os princípios da Constituição Brasileira, que veda explicitamente a censura."

Glauber protestou contra o processo de cassação do qual é alvo na Casa. Após 45 minutos, o deputado foi retirado à força da cadeira pela Polícia Legislativa. A imprensa não pôde acompanhar os desdobramentos do episódio de dentro do plenário. Os vídeos foram divulgados por deputados.

Violência

Lula cobra do Congresso votação da PEC da Segurança

VANESSA ARAUJO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cobrou ontem, dos deputados e senadores a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública enviada pelo governo ao Congresso. A previsão é que o parecer do relator, deputado Mendonça Filho (União-PE), seja lido hoje, na comissão especial.

Segundo Lula, é preciso definir com precisão onde a União deve atuar no enfrentamento ao crime organizado. "Nós precisamos definir onde é que a gente entra e como é que a gente entra sem ferir a autonomia dos governadores, o que não dá é para não ter um papel relevante do governo federal na questão da segurança pública, e é por isso que eu queria pedir para os senadores e deputados aprovarem a chamada PEC da Segurança", disse Lula, no lançamento da CNH do Brasil, no Palácio do Planalto.

A proposta do governo prevê dar status constitucional ao Sistema Único de Segurança Pública (Susp), criado por lei em 2018, além de padronizar protocolos, dados e fluxos de informação entre os entes federativos. Segundo o Planalto, a proposta vai fortalecer a capacidade do Estado de enfrentar organizações criminosas cada vez mais estruturadas.

Lula afirmou que a violência é "o problema mais grave do País" e defendeu investimento em inteligência, afas-

tando discursos de endurecimento puro e simples. "Tem gente que acha que tudo se resolve matando. Eu não acho. Investir nas pessoas certas, no lugar certo. A gente não precisa de genocídio para enfrentar o banditismo", afirmou.

Ontem, o relator apresentou aos líderes partidários os "princípios" do seu parecer: política criminal; sistema policial; sistema prisional e política de segurança.

O deputado informou que pretende ampliar as fontes de financiamento da segurança pública e manter a constitucionalização do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), como propôs o Executivo. Mendonça também quer estabelecer que integrantes de facções, milícias ou autores de crimes violentos cumpram 100% da pena em regime fechado, sem progressão.

Outra mudança prevista pelo relator é permitir que Estados e o Distrito Federal legislem sobre temas de segurança, além de rejeitar o modelo de integração das forças proposto pelo governo, que ele classificou como "centralizador".

Mendonça afirmou ainda que pretende incluir na PEC um dispositivo que convoque um referendo nacional, em 2028, sobre a redução da maioria penal de 18 para 16 anos em casos de crimes violentos, hediondos ou cometidos por integrantes de facções.

Site do governo visa chegar aos líderes do crime organizado

MICHELLE CANES E LUIZ CLÁUDIO FERREIRA / ABRASIL

O secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Luiz Sarubbio, defendeu, ontem, que o site Captura, lançado nesta semana pelo governo federal, tem como alvo principal chegar aos líderes do crime organizado. Em entrevista à TV Brasil, ele disse que o projeto ajudará a rede de segurança dos Estados e motivará denúncias por parte da população.

"A ideia é que se possa potencializar a possibilidade de captura. São criminosos que podem se dizer centrais para a estrutura do crime organizado", afirmou. Sarubbio destacou que se trata de

um programa do Ministério da Justiça e Segurança Pública junto com as unidades federadas.

Para montar a lista de foragidos, cada unidade da federação deve elencar oito criminosos principais. Assim, a lista contará com 216 foragidos mais procurados do país. O site, segundo Sarubbio, vai colaborar para que o ministério possa integrar ações de inteligência de forma que se possa chegar aos criminosos.

Ele explicou que, com a realização das capturas, a lista vai sendo atualizada. O secretário contextualizou que o projeto se iniciou pelo Rio em vista de que "várias lideranças de organizações criminosas de todo o Brasil" estariam naquele Estado.

Oriente Médio

Hamis cobra mais pressão sobre Israel para novo cessar-fogo

PEDRO LIMA/AE

Um líder do Hamas ameaçou ontem, não avançar para a próxima fase do acordo de cessar-fogo em Gaza até que haja maior pressão sobre Israel para abrir uma passagem crucial, cessar ataques mortais e permitir mais ajuda humanitária.

A declaração ocorre enquanto Israel afirma estar pronto para iniciar a etapa mais complexa do pacto e cobra do grupo a devolução dos restos mortais do último refém israelense mantido em Gaza. Husam Badran, da ala política do Hamas, exige a "plena implementação" da primeira fase, incluindo o fim da demolição de casas palestinas, segundo comunicado enviado pelo grupo via Telegram.

Segundo autoridades de saúde palestinas, as operações israelenses mataram ao menos 376 pessoas desde o início da trégua, em 10 de outubro. O Hamas tem pouca margem

nas negociações e pode enfrentar pressão de Catar e Turquia para não travar o frágil acordo.

Israel acusa o Hamas de violações e diz que seus ataques respondem a investidas contra soldados ou à aproximação de civis de áreas controladas, embora vítimas incluam mulheres e crianças e alguns bombardeios tenham ocorrido na "zona segura".

A ONU e organizações humanitárias afirmam que a ajuda que entra em Gaza é insuficiente. Israel informou que começará a permitir o envio de suprimentos por uma passagem na fronteira com a Jordânia.

O plano apoiado pelos EUA para o futuro do território ganhou impulso. Netanyahu disse que a segunda fase do cessar-fogo deve avançar após a devolução dos restos do último refém.

Um órgão internacional para administrar Gaza deve ser anunciado até o fim do ano.

Guerra

Zelenski se recusa a ceder território à Rússia enquanto busca apoio

PEDRO LIMA/AE

O presidente ucraniano, Volodymyr Zelenski (**foto**), reafirmou sua recusa em ceder qualquer território, resistindo à pressão dos EUA por um compromisso com a Rússia e mobilizando apoio europeu. "A Rússia insiste para que cedamos territórios. Não queremos ceder nada. É por isso que estamos lutando", disse Zelenski em canal no WhatsApp. Segundo ele, a lei e a moral ucranianas não permitem concessões.

Zelenski se reuniu ontem com o Papa Leão XIV e com a premiê italiana, Giorgia Meloni. Na véspera, o presidente esteve em Londres com líderes do Reino Unido, Keir Starmer, da França, Emmanuel Macron, e da Alemanha, Friedrich Merz.

EUA e Ucrânia concluíram três dias de negociações sobre o plano de paz americano, cujo principal entrave é a ideia de que Kiev ceda Donbass à Rússia - proposta rejeitada por Ucrânia e europeus. Trump mostrou frustração, dizendo que Zelenski "ainda não leu a proposta", e tem pressionado pela cessão de território para encerrar a guerra.

Zelenski afirmou que Trump "quer acabar com a guerra", mas ressaltou que os



WIKIPÉDIA

ucranianos percebem "detalhes e nuances" por viverem o conflito. Disse ainda que o plano dos EUA foi reduzido de 28 para 20 pontos após a retirada de itens "anti-ucranianos".

Starmer, Macron e Merz reafirmaram apoio a Kiev e defenderam um cessar-fogo "justo e duradouro". Europeus buscam garantias de segurança para evitar nova ofensiva russa. Zelenski acusa o líder russo, Vladimir Putin, de retardar negociações enquanto avança lentamente e intensifica ataques à infraestrutura ucraniana.

Acidente

Avião militar com sete pessoas cai na Rússia

GEOVANNA HORA/AE

Um avião militar com sete ocupantes caiu ontem, na cidade de Ivanovo, a cerca de 200 quilômetros de Moscou, na Rússia.

Segundo o jornal The Moscow Times, a aeronave fazia um voo de teste após passar por consertos. "Hoje, na região de Ivanovo, durante um voo de teste após reparos, uma aeronave de transporte militar An-22 caiu", afirmou o Ministério da Defesa em comunicado divulgado pela imprensa estatal. "O avião caiu em uma área desabitada", acrescentou a pasta.

Após a queda, a aeronave se partiu em pedaços. Equipes de resgate foram enviadas ao local, assim como uma comissão das Forças Aeroespaciais. Uma investigação foi aberta para apurar as causas do acidente.

Ainda de acordo com o Moscow Times, a queda do avião não tem nenhuma relação com a guerra da Rússia na Ucrânia nem qualquer acusação de envolvimento por parte de Kiev.

O AN-22 é uma aeronave de transporte de carga desenvolvida nos anos 60 pela União Soviética para transportar cargas pesadas, tropas e equipamentos militares.

Austrália

Jovem acima de 16 anos pode ‘criar perfis’ em redes sociais

A Austrália começa a aplicar hoje, a idade mínima de 16 anos para o uso de redes sociais no país. Plataformas como Facebook, Instagram, Kick, Reddit, Twitch, Snapchat, Threads, TikTok, X e YouTube poderão ser multadas em até 50 milhões de dólares australianos, equivalente a 33 milhões de dólares americanos, caso não removam contas de crianças australianas menores de 16 anos.

A regra, no entanto, não se aplica a serviços como YouTube Kids, Google Classroom, WhatsApp, Roblox e Discord, uma vez que essas plataformas não têm como objetivo principal a interação online entre usuários ou a publicação de

conteúdos por eles.

O Comissário de Segurança Online da Austrália enviará notificações às 10 plataformas amanhã, solicitando informações sobre o número de contas de menores de 16 anos que foram removidas. Nos seis meses seguintes, as plataformas receberão notificações mensais de acompanhamento.

"O governo reconhece que a verificação de idade pode levar vários dias ou semanas para ser concluída de forma justa e precisa", afirmou a ministra das Comunicações, Anika Wells, durante pronunciamento no National Press Club da Austrália.

O Google anunciou que todos os usuários do YouTube na Aus-

Defesa de Comediante

Mulher de Macron se envolve em confusão com feministas

A primeira-dama da França, Brigitte Macron, chamou de "vadias estúpidas" as ativistas feministas que interromperam o show de um comediante acusado de estupro. Segundo a equipe de Brigitte, ela pretendia criticar esse "método radical" de protesto com a declaração.

As ativistas interromperam o show de comédia do ator Ary Abittan, de 51 anos, no último sábado, usando máscaras com a palavra "estuprador" e gritando "Abittan estuprador".

Em 2021, uma mulher acusou o ator de estupro, mas em 2023 os investigadores arquivaram o caso por falta de provas. A decisão foi confirmada em recurso em janeiro deste ano, segundo a imprensa francesa.

Brigitte Macron assistiu ao show no domingo passado, com sua filha Tiphaine Auzière e

conversou com Abittan antes de ele subir ao palco, de acordo com um vídeo publicado na segunda-feira passada, pelo canal de notícias local Public.

Brigitte perguntou a ele como ele estava se sentindo. "Estou com medo", ouve-se Abittan dizer no vídeo. "Se houver alguma vadia estúpida por aí, vamos expulsá-las", responde Brigitte Macron em tom de brincadeira, usando uma expressão vulgar em francês.

O gabinete da primeira-dama afirmou em um comunicado que ela estava tentando acalmá-lo. "Como o vídeo mostra, a única intenção da Sra. Macron era tranquilizar um artista que, em seu camarim antes de subir ao palco, acabara de lhe dizer 'estou com medo', porque seu show havia sido interrompido na noite anterior".

33 Feridos

Japão avalia danos causados por terremoto de magnitude 7,5

O Japão está avaliando danos e alertando a população sobre possíveis tremores secundários, depois que um terremoto de magnitude 7,5 provocou ferimentos, danos leves e um tsunami em comunidades costeiras do Pacífico, na segunda-feira passada.

Pelo menos 33 pessoas ficaram feridas, uma delas em estado grave, informou a Agência de Gestão de Incêndios e Desastres. A maioria das vítimas foi atingida por objetos que caíram, segundo a emissora pública NHK.

Sanae Takaichi, primeira-ministra japonesa, disse a jornalistas que uma força-tarefa de emergência foi formada para avaliar os danos com urgência. "Estamos priorizando a vida das pessoas e fazendo tudo o que

podemos", afirmou.

Em sessão parlamentar ontem, Sanae prometeu que o governo continuará fazendo o máximo possível e lembrou às pessoas que é preciso proteger as próprias vidas.

O terremoto de magnitude 7,5 ocorreu por volta das 23h15 no Oceano Pacífico, a cerca de 80 quilômetros da costa de Aomori, a prefeitura mais ao norte da principal ilha japonesa de Honshu. O Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) registrou o terremoto com magnitude 7,6 e informou que ele ocorreu a 44 quilômetros de profundidade.

Um tsunami de até 70 centímetros foi registrado no Porto de Kuji, na província de Iwate, ao sul de Aomori, e ondas de até 50 cen-

Alemanha

Merz: estratégia dos EUA mostra necessidade de mais independência da Europa

O primeiro-ministro alemão, Friedrich Merz, disse ontem, que a nova estratégia de segurança nacional do governo Trump destaca a necessidade de a Europa se tornar "muito mais independente" dos Estados Uni-

dos em termos de política de segurança. Merz também rejeitou a noção de que a democracia europeia precisa ser salva.

A estratégia dos EUA, publicada na sexta-feira, retrata os aliados europeus como fracos,

trália com menos de 16 anos serão desconectados da plataforma a partir da data de vigência da lei, perdendo acesso a recursos exclusivos, como listas de reprodução. A determinação da idade será feita com base nos dados pessoais das contas do Google associadas e em outros sinais.

A Meta, empresa responsável pelo Facebook, Instagram e Threads, informou que contas suspeitas de pertencer a menores de 16 anos também serão removidas dessas plataformas.

Usuários com 16 anos ou mais que forem removidos por engano poderão comprovar sua idade por meio da Yoti Age Verification, apresentando documentos de identidade oficiais ou

uma selfie em vídeo, segundo a Meta.

No Brasil, em janeiro de 2025, foi sancionada uma lei que proíbe o uso de celulares nas escolas públicas e privadas, após aprovação pela Comissão de Educação da Câmara. Outros países já adotam medidas semelhantes: França, Holanda e China possuem restrições ao uso de smartphones em instituições de ensino.

Em junho de 2024, a Espanha aprovou uma lei que proíbe o acesso de menores de 16 anos às redes sociais, enquanto na Flórida, nos Estados Unidos, uma legislação que impede a criação de perfis em redes sociais para menores de 14 anos entrou em vigor em janeiro de 2025.

"De forma alguma ela está atacando uma causa", argumentou a equipe de Brigitte Macron. "Ela desaprova, no entanto, os métodos radicais usados para impedir um artista de se apresentar no palco, como foi o caso no sábado à noite."

O grupo feminista "Nous Toutes" ("Todas Nós") afirmou que suas ativistas interromperam o show de Abittan para protestar contra o que descreveram como "a cultura da impunidade" em relação à violência sexual na França.

Em um comunicado no Instagram, o Nous Toutes declarou: "Denunciamos locais que estendem tapete vermelho para homens acusados de estupro, normalizando a violência sexista e sexual. É um insulto público às vítimas. Vítimas, acreditamos em vocês. Estupradores, não os

perdoamos!"

Opositores do presidente Emmanuel Macron na ala esquerda do espectro político francês criticaram o uso de um termo sexista por sua esposa e alguns disseram que ela deveria se desculpar.

A França tem sido abalada nos últimos anos por uma série de acusações de estupro e agressão sexual contra figuras proeminentes da cultura.

O ator Gérard Depardieu foi condenado em maio por agredir sexualmente duas mulheres em um set de filmagem em 2021, acusações que ele nega.

Em 2023, o presidente francês Emmanuel Macron expressou sua admiração por Depardieu, afirmando que o ator foi alvo de uma "caça às bruxas" e que ele defendia a presunção de inocência.

tímetros atingiram outras comunidades da região, informou a Agência Meteorológica do Japão.

O secretário-chefe de Gabinete, Minoru Kihara, afirmou que cerca de 800 residências estavam sem energia elétrica e que os trens-bala Shinkansen e algumas linhas locais foram suspensos em partes da região nas primeiras horas da terça-feira. A East Japan Railway informou que pretende retomar a operação dos trens-bala na região ainda nesta terça-feira.

De acordo com a Tohoku Electric Power Co., a maior parte da energia elétrica já havia sido restabelecida na manhã desta terça-feira.

O ministro da Defesa, Shinjiro Koizumi, afirmou que cerca de

480 moradores estavam abrigados na Base Aérea de Hachinohe e que 18 helicópteros de defesa foram mobilizados para avaliar os danos.

A Agência Meteorológica do Japão (JMA) alertou sobre a possibilidade de novos tremores nos próximos dias. Segundo a agência, há um ligeiro aumento no risco de um terremoto de magnitude 8 e possível tsunami ao longo da costa nordeste do Japão, desde Chiba, a leste de Tóquio, até Hokkaido.

A JMA recomendou aos moradores dos 182 municípios da região que monitorem seus planos de emergência na próxima semana, reforçando que o alerta não significa que um grande terremoto esteja prestes a acontecer.

ao mesmo tempo que oferece apoio tácito a partidos políticos de extrema-direita, e foi crítica em relação à política europeia de liberdade de expressão e migração.

Na segunda-feira, o presidente do Conselho Europeu, António Costa, alertou os EUA contra a interferência nos assuntos da Europa e disse que apenas os cidadãos europeus podem decidir quais partidos devem governá-los.

Merz, líder da nação mais populosa da União Europeia e sua maior economia, disse que não

ficou surpreso com o conteúdo da estratégia, pois estava em grande parte alinhado com uma palestra que o vice-presidente dos EUA, JD Vance, deu aos aliados europeus em Munique em fevereiro.

Partes do documento são compreensíveis, mas "algumas delas são inaceitáveis para nós do ponto de vista europeu", disse ele a repórteres na cidade de Mainz, no oeste da Alemanha. "Que os americanos queiram salvar a democracia na Europa agora, não vejo necessidade disso", acrescentou Merz.